



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

Dimensões do Projeto Político-Pedagógico e o Desenvolvimento Local: Um Estudo Comparativo entre Escolas Estaduais de Salvador (Ba)

Dimensions of the Political-Pedagogical Project and Local Development: A Comparative Study between State Schools in Salvador (Ba)

Jaqueline Sampaio Schramm Mota

Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Iguçu. Brasil.
Professora Titular do Centro Universitário Jorge Amado.
E-mail: jaquelineschramm@gmail.com

Manoel Joaquim Fernandes de Barros

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Professor Titular da Universidade Salvador. Brasil.
E-mail: manojfb@gmail.com

Luzinete Barbosa Lyrio

Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Brasil.
Professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia
E-mail: luzinetelyrio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca a compreensão de como a integração efetiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) com a comunidade pode gerar contribuições para o desenvolvimento local sustentável, por meio do estímulo à valorização dos recursos locais, o fortalecimento da identidade cultural e a promoção de práticas sustentáveis, além da articulação entre as políticas públicas e as estratégias de apoio institucional para fortalecer a integração do PPP com a comunidade local. Essa integração intensifica a efetividade das ações educacionais, contribuindo para a construção de uma escola mais participativa, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento social. Nas últimas décadas, no Brasil, ocorreram reestruturações nas políticas educacionais e diretrizes legais, especialmente após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Desde então, houve mudanças marcantes nos determinantes legais que regem a educação brasileira. A partir da CF, emergiu um novo modelo de administração escolar que prioriza a participação da comunidade na gestão da escola, consolidado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9394/96.

2 JUSTIFICATIVA

Esta investigação alinha-se com os objetivos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), especificamente na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Regionais que trata do desenvolvimento local com base nos índices sociais, de sustentabilidade e educacionais da população em estudo. A linha faz uma leitura crítica das teorias do desenvolvimento com foco no desenvolvimento local, fundamentado em índices de sustentabilidade e indicadores educacionais que influenciam o desenvolvimento local.

Alinha-se também com a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Ao discutir a liberdade como uma dimensão do desenvolvimento, o estudo também lança luz sobre os limites e possibilidades da participação social



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

na construção de políticas públicas em consonância com os temas propostos pelo Grupo de Trabalho quatro (GT 4) do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) - Estado, Políticas Públicas e Planejamento. Esse GT aborda de forma direta a atuação do estado sob influência do ideário neoliberal, os limites e possibilidades do planejamento estatal em promover justiça social e territorial, o papel da sociedade civil e dos espaços institucionais na formulação de políticas públicas e a relação entre políticas públicas e desenvolvimento urbano/territorial, inclusive sob o ponto de vista das desigualdades.

Considerando as interseções entre práticas pedagógicas e transformação social, é essencial investigar como as ações políticas e pedagógicas previstas nos PPP podem contribuir para a promoção de mudanças nas comunidades onde as escolas estão inseridas. O período de 2005 a 2019 foi escolhido por marcar um momento de importantes transformações educacionais no Brasil, incluindo a implementação LDBEN e políticas voltadas à gestão democrática e ao fortalecimento do PPP como ferramenta estratégica de planejamento político-pedagógico. Além disso, este estudo busca subsidiar a compreensão do impacto real das práticas pedagógicas sobre o desenvolvimento como capital humano, contribuindo tanto para a literatura acadêmica quanto para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às demandas locais. A escolha das escolas estaduais Otávio Mangabeira e Visconde de Itaparica se fundamenta em suas particularidades, para a ampliação da liberdade política da comunidade escolar.

O recorte espacial da pesquisa é o município de Salvador/BA, abrangendo as escolas estaduais Governador Otávio Mangabeira e Visconde de Itaparica. Ambas representam uma evidência positiva ou negativa do fenômeno em estudo. O período de análise será de 2005 a 2019, considerando a efetivação de políticas públicas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) 2013, 2014 e 2016 e os dados do Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

3 PROBLEMA

Apesar das diretrizes constitucionais e legais que promovem a gestão democrática e a autonomia escolar por meio PPP, ainda é incerto de que forma as ações políticas e pedagógicas previstas nesses documentos, de fato, contribuem para o desenvolvimento local. A pesquisa propõe a investigação desse hiato, analisando especificamente como os PPPs de duas escolas estaduais de Salvador influenciaram, entre 2005 e 2019, aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais e de participação comunitária. Em termos mais analíticos, a problemática central reside na discrepância entre a normatividade prevista na CF/88 e LDBEN/96 e a efetividade prática do PPP como instrumento de transformação territorial, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas. O estudo busca o preenchimento dessa lacuna investigando a relação entre as intenções do PPP e os impactos concretos percebidos pela comunidade escolar no plano do desenvolvimento local. Desta forma, propõe-se a seguinte questão: De que forma as ações político-pedagógicas previstas e implementadas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de escolas estaduais de Salvador, no período de 2005 a 2019, contribuíram para o desenvolvimento local, considerando os aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais e de participação comunitária?

4. DESENVOLVIMENTO

De maneira breve, o pesquisador norte-americano Thomas Dye (1984) define política pública de forma bem direta como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. No âmbito



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

normativo, a CF, LDBEN e os PPP das constituem os instrumentos regulatórios e estratégicos diretamente vinculados à prática político-pedagógica no *locus* de análise. Esse modelo descentraliza o poder decisório, transferindo uma parcela de autonomia para a comunidade escolar, os usuários imediatos da escola, permitindo-lhes maior influência nas decisões e na gestão dos estabelecimentos de ensino, abrangendo as esferas administrativas, financeiras e pedagógicas do processo de gestão de cada escola.

No contexto brasileiro, a Bahia, apesar de sua relevância histórica e de sua diversidade cultural, ainda ocupa posições desafiadoras no cenário nacional de avaliação educacional. A compreensão desse cenário exige uma análise que considere não apenas os indicadores quantitativos, mas também o contexto político das últimas quatro décadas, de modo a elucidar as razões que sustentam o desempenho do estado nas escalas de avaliação da educação.

Alguns indicadores oficiais evidenciam que os avanços educacionais na Bahia permanecem aquém do esperado. Entre eles, destacam-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (2005–2023), abrangendo diferentes etapas da educação básica; a Taxa de Analfabetismo, referente à população de 15 anos ou mais; e informações qualitativas sobre o desempenho do estado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ainda que sem séries históricas consolidadas por unidade federativa.

Desde a implementação do IDEB em 2007, a Bahia apresentou, ao término daquele ano, os seguintes resultados: 2,6 nos anos iniciais do ensino fundamental; 3,2 nos anos finais; e 3,2 no ensino médio, indicadores já abaixo da média nacional (INEP, 2007). Esses resultados evidenciavam os desafios enfrentados pelo estado em relação à qualidade da educação. As políticas educacionais daquele período estavam fortemente direcionadas à expansão do acesso e à municipalização do ensino fundamental, em consonância com o movimento observado em âmbito nacional após a LDB de 1996, mas seus efeitos sobre a qualidade permaneceram limitados (Oliveira, 2007; Saviani, 2008).

É preciso fazer uma correlação com o contexto político e socioeconômico, pois somente assim é possível identificar elementos que ajudam a explicar o posicionamento da Bahia. O estado partiu de patamares historicamente baixos, com índices de analfabetismo elevados e resultados iniciais desfavoráveis no IDEB. Apesar de avanços recentes, a distância em relação a estados com melhor desempenho ainda se mantém. Essa realidade é agravada pelas dimensões territoriais e pelas desigualdades regionais e socioeconômicas, que impactam sobretudo municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e áreas rurais.

Adicionalmente, embora investimentos em educação e políticas públicas tenham sido intensificados ao longo dos anos, fatores como a gestão dos recursos, a formação docente, a infraestrutura escolar e a adequação curricular continuam a representar entraves à melhoria da qualidade (Cury, 2002; Libâneo, 2006; Gatti, 2009). É importante considerar que os resultados educacionais são produto de políticas de longo prazo: avanços recentes podem estar associados a iniciativas de governos anteriores, enquanto desafios persistentes refletem tanto decisões passadas quanto descontinuidades ocasionadas por mudanças de orientação política (Oliveira, 2007; Saviani, 2008). Além disso, a elevada população da Bahia, uma das maiores do país, impõe desafios adicionais ao sistema educacional, sobretudo no que tange à expansão da oferta, à manutenção da qualidade e à garantia de acesso universal (Arroyo, 2011; IBGE, 2022).

Em 2015, Litz e Blaik publicaram um estudo comparativo sobre o desenvolvimento e o planejamento educacional em países da América Latina e do Sul da Ásia. O estudo evidenciou que, apesar das mudanças nas metodologias de planejamento e nas políticas educacionais



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

visando alinhar-se às novas prioridades nacionais e aos contextos em transformação, muitos desses países continuam enfrentando desafios estruturais persistentes. Na comparação com os países árabes, os autores destacam que grande parte das nações analisadas permanece significativamente atrasada em relação a indicadores educacionais.

Já De Saxe, Bucknovitz e Mahoney-Mosedale (2018), afirmam que o neoliberalismo através de políticas educacionais, retóricas e práticas, tem contribuído para a desprofissionalização dos educadores para justificar o afastamento de uma política voltada para o desenvolvimento humano. Utilizando uma análise interseccional e feminista crítica, o estudo argumenta que essas políticas não apenas perpetuam a supremacia branca e o capitalismo racial, mas também reforçam retóricas e políticas antifeministas, racistas e classistas. Argumentam que é necessária uma resistência conjunta de comunidades, estudantes, pais e educadores para desmantelar essas políticas opressoras e promover uma educação pública democrática e justa.

Uma ferramenta importante, e que sistematiza essa aproximação entre a comunidade escolar e a comunidade local, é o PPP. Uma educação que pretenda incorporar uma compreensão mais alinhada com a realidade local deve estabelecer parcerias com diversos atores sociais que moldam essa dinâmica. Dowbor (2007) destaca que as escolas ou o sistema educacional local devem estar alinhados com os representantes locais de maneira a estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações comunitárias e interagir com diversos setores da administração pública.

Para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, este processo deve considerar múltiplas esferas, como sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas. Souza (2018) define desenvolvimento como um fenômeno complexo que exige a interação dinâmica entre fatores culturais, econômicos, sociais e políticos, mediada por estruturas institucionais autossustentáveis. Quando o processo é imposto externamente, é possível alcançar indicadores quantitativos do desenvolvimento, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), a expansão da infraestrutura ou o crescimento de indicadores de escolaridade. Contudo, os componentes qualitativos e estruturais, como a inclusão social efetiva, a valorização das especificidades culturais e a sustentabilidade das mudanças no longo prazo, tendem a ser negligenciados.

A educação possui função fundamental no suporte ao processo de desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento não pode ser entendido somente pelo viés econômico (Guimarães; Melo, 2023). Para que seja pleno e efetivo, é necessário que se apoie em uma integração equilibrada dos elementos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Isso se deve ao fato de o desenvolvimento estar intrinsecamente ligado a processos históricos, culturais e sociais que moldam as dinâmicas de transformação e progresso.

Nesse sentido, autores como Sen (2010), que valoriza a expansão das liberdades humanas, e Freire (1996), que compreende a educação como um ato político e transformador, fundamentado no diálogo e no contexto social, reforçam a importância de uma abordagem educacional que promova o desenvolvimento de forma horizontal e sistêmica. Ambos destacam a centralidade da educação no processo de emancipação dos sujeitos e na construção de sociedades mais justas e equitativas.

A participação cidadã nos assuntos públicos é essencial para a democratização e solução de demandas sociais (Chuquipa, 2023). Isso inclui o envolvimento dos cidadãos em grupos, organizações e associações para influenciar intervenções do Estado em áreas como segurança, saúde e educação. Nesse contexto, a educação, especialmente a cívica e multicultural, desempenha papel estratégico ao desenvolver o pensamento crítico e as competências necessárias para



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

a participação social, o respeito aos direitos humanos, a promoção da equidade educacional e o fortalecimento da cidadania e autonomia dos jovens.

Como mencionado anteriormente, a promulgação da Lei nº 9.394/96, representou um marco na reconfiguração das políticas educacionais no Brasil, ao inaugurar uma nova fase orientada pelos princípios da autonomia e da gestão democrática no âmbito escolar. A referida legislação atribuiu às instituições de ensino maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica, ao mesmo tempo em que consolidou a descentralização das decisões educacionais, transferindo às escolas e à sua comunidade — composta por docentes, discentes, funcionários, pais e responsáveis — uma parcela das responsabilidades relativas à gestão e à organização do processo educativo.

Esse novo arranjo legal conferiu legitimidade e obrigatoriedade à participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas deliberações e decisões que envolvem a construção do PPP, entendido como instrumento fundamental para o planejamento, a identidade e a intencionalidade da ação educativa. Assim, a gestão democrática da escola passou a ser um princípio constitucional e um eixo estruturante da prática educacional, o que implica a valorização do diálogo, da escuta e da construção coletiva no interior das instituições de ensino. Nesse sentido, Libâneo *et al.* inferem:

As escolas compõem, efetivamente, um sistema público, implicando princípios, normas e diretrizes organizacionais, pedagógicas e curriculares que orientam a educação nacional. Como todos os brasileiros têm direito à educação básica, há de existir garantia institucional da realização desse direito, a qual só pode ser assegurada pelo Estado e pelo sistema de ensino que institui. Não se ignora que normas, leis e diretrizes da educação nacional estão sujeitas a decisões políticas. No embate das forças sociais que se movimentam na sociedade, os grupos detentores do poder econômico e político dirigem também as decisões educacionais. Todavia, as relações sociais e políticas nunca são harmônicas, nem estáveis; ao contrário, são tensas, conflituosas, contraditórias, favorecendo a existência de um espaço para que as escolas e seus profissionais operem com relativa autonomia em face ao sistema político dominante (Libâneo *et al.*, 2006, p. 33).

O PPP está ligado ao campo político da gestão educacional, pois “todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola” (Gadotti, 1995, p.62). Já o Planejamento e desenvolvimento social é um conceito relacionado às teorias do desenvolvimento, ou seja, ao “empoderamento” comunitário (endógeno) e intervenção governamental (exógeno).

Para Sen (2010), o desenvolvimento é um processo que vai além do crescimento econômico e abrange a expansão das liberdades substantivas das pessoas. Ainda enfatiza que o verdadeiro desenvolvimento deve proporcionar às pessoas mais liberdades para escolher e agir de acordo com suas próprias vontades. Essas liberdades incluem, mas não se limitam a direitos políticos, oportunidades econômicas, serviços de saúde e educação ou à proteção social. Segundo Sen (*ibidem*), o desenvolvimento deve ser avaliado não apenas por indicadores econômicos, mas também pela capacidade das pessoas de levar uma vida que valorizem e tenham motivos para valorizar.

Considerar as perspectivas tanto da escola quanto da comunidade, abordando como o PPP pode ser um tensionador para o desenvolvimento social, educacional e cultural é fundamental, pois esse é um dos documentos mais importantes no ambiente escolar, ao orientar a



RECALCULANDO A ROTA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

compreensão da organização da escola, as metas estabelecidas e os principais objetivos da instituição. Desta forma, entender a importância da função político pedagógica desse instrumento para o desenvolvimento local cria uma contribuição necessária para este hiato da literatura nesta discussão.

5 METODOLOGIA

A investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter crítico e dialético, por reconhecer que os fenômenos educacionais se configuram como processos historicamente situados, permeados por relações de poder, contradições e disputas de sentidos. O objetivo central é compreender de que modo o PPP se constitui como dispositivo de promoção da liberdade política, tomando como referência o conceito de desenvolvimento como liberdade, proposto por Amartya Sen (2000).

Para atender a esse propósito, opta-se pela realização de um estudo de caso múltiplo, envolvendo escolas públicas urbanas inseridas em contextos sociais distintos, o que permite identificar padrões, tensões e divergências nos processos de construção e efetivação dos PPPs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais achados até essa etapa da pesquisa indicam que, embora os PPPs analisados contenham elementos que expressam intencionalidades voltadas à promoção da participação e da gestão democrática, sua efetivação como instrumento de ampliação da liberdade política é limitada por fatores institucionais, sociais e culturais. A participação da comunidade escolar, muitas vezes, restringe-se a um caráter consultivo ou formal, sem que haja, de fato, um compartilhamento do poder decisório. Desta forma, as percepções dos sujeitos escolares revelam um descompasso entre o discurso da gestão democrática e as práticas cotidianas.

8 REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CHUQUIPA, E.N.L. **La participación ciudadana en la educación pública**. Horizontes Rev. Inv. Cs. Edu. 2023, vol.7, n.29, pp.1515-1533. Epub 06 abr. 2023.
- CURY, C.R.J. **Políticas educacionais e avaliação: entre a tradição e a renovação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 87-102, 2002.
- DE SAXE, J. G.; BUCKNOVITZ, S.; MAHONEY-MOSEDAL, F. The Deprofessionalization of Educators: An Intersectional Analysis of Neoliberalism and Education “Reforma”. **Education and Urban Society**, v. 52, p. 51-69, 2018.
- DOWBOR, L. **Qualidade do ensino: educação e apropriação da realidade local**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 60, ago. 2007.
- DYE, T.D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUIMARÃES, J.; MELLO, N.A. Educação como aporte para o desenvolvimento humano e social. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 22849-22859, 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): resultados e metas**. Brasília: INEP, 2007.



RECALCULANDO A ROTA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

- LIBÂNEO, J.C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LITZ, D. R.; BLAIK, R. Incongruencies and Detrimental Effects of Neoliberal Education Reform in the United Arab Emirates (UAE). **International Journal for Leadership in Learning**, 2015.
- OLIVEIRA, R.P. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, J.G. de. **Desenvolvimento: como compreender e mensurar**. Curitiba: Appris, 2018.
- UNICEF Brasil. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Conferência de Jomtien, 1990**.